

SEGREGAÇÃO ESPACIAL

BENTO CORDEIRO FILHO

*Professor do Curso de Arquitetura do
Centro de Estudos Superiores de Londrina*

INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi escrito como parte do exercício acadêmico do Curso de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, mais precisamente para a disciplina A Estruturação do Espaço Intra-urbano. Seu objetivo é o de avaliar até que ponto o espaço da cidade reflete as relações sociais.

Para isto, numa primeira parte, foram analisadas questões concernentes à aglomeração e às economias de aglomeração, fazendo-se o confronto entre duas abordagens, de um lado a visão positivista dos economistas clássicos e cientistas regionais e de outro numa concepção materialista da história, o quanto as aglomerações expressam o modo de produção capitalista.

Numa segunda parte estuda-se a conexão entre as relações sociais e a diferenciação do tecido urbano formando áreas segregadas. Diversos autores são analisados na busca de uma explicação para esta segregação espacial, como é produzida e quais suas conseqüências.

1. ECONOMIAS DE AGLOMERAÇÃO

Os homens e as atividades que desenvolvem não estão distribuídos de maneira homogênea pelo território. Os meios físicos propiciam maior ou menor desvantagem para o assentamento humano e o homem tenderá a se concentrar naqueles em que melhor podem suprir as suas necessidades. Outro fator que interfere de maneira decisiva na escolha do lugar é a proximidade com os outros homens. Existem assim regiões com maiores concentrações de pessoas e, dentro destas regiões, pontos de ainda maior concentração, as aglomerações urbanas.

Os economistas clássicos e os cientistas regionais tomam esta distribuição desigual da população para demonstrar suas teorias contribuindo de maneira positiva para a expansão da atividade econômica. As aglomerações oferecem condições satisfatórias para um determinado empreendimento comercial, como Richardson (1) procura demonstrar, quando a oportunidade de ampliação de escala favorece o negócio nas três formas seguintes:

a) Economias internas. É óbvio que a intensificação da atividade

de dentro da unidade de produção leva a algumas economias internas. Isto ocorre principalmente pelo rateamento dos custos indiretos do processo de produção sobre cada produto final, ou pela racionalização dos métodos de produção, reduzindo o custo final.

b) Economias externas às firmas, mas internas à indústria. A concentração de estabelecimentos industriais pode oferecer vantagens para a localização de uma empresa individual. Haverá neste caso uma disponibilidade maior de recursos não-transportáveis, como um mercado mais amplo de mão-de-obra especializada, indústrias auxiliares, mercado diversificado de matéria-prima, etc. Algumas aglomerações de indústrias deste tipo ocorrem em torno de uma fonte significante de matéria-prima. Estas aglomerações em particular são denominadas economias de localização.

c) Economias externas às indústrias individuais. São fatores externos à produção de uma determinada indústria, mas que oferecem inúmeras vantagens, como o acesso a um mercado consumidor maior; o desenvolvimento de um mercado de mão-de-obra, proximidade com facilidades comerciais, bancárias e financeiras; vantagens em transporte e comunicação; existência de meios culturais, sociais e de lazer. Estas economias de aglomeração propiciam, ainda, uma redução nos custos dos serviços públicos, pela possibilidade de exploração destes serviços em escala ampliada. Estas aglomerações são chamadas de economias de urbanização (Isard, 1956), uma vez que são maiores em centros urbanos.

Para Richardson as aglomerações não oferecem apenas vantagens para a localização das atividades econômicas. Podem também acarretar deseconomias indesejadas, uma vez que estas aglomerações provocam um aumento considerável no valor dos terrenos, nos custos de salários, pela competição entre os concorrentes e pelo congestionamento de tráfego, o que aumenta tempo e custos dos deslocamentos.

Estes tipos descritos pelo autor procuram explicar a existência de aglomerações urbanas com funções predominantes e, no interior das áreas urbanas, a ocorrência de setores que apresentam uma concentração de atividades econômicas similares, como o centro da cidade, uma zona industrial, uma zona de comércio especializado e outros.

Richardson sugere ainda que nem todas as economias ou deseconomias externas são decorrentes da localização e da aglomeração. O perfil das empresas, no que diz respeito a seu tamanho e participação no mercado podem influenciar o estabelecimento de novas empresas, uma vez que um ambiente monopolista ou oligopolista tenderá a ser mais hermético à entrada de novas firmas que em ambientes de concorrência.

O autor procurou estabelecer uma relação matemática para a questão da localização. A partir de uma teoria de localização desenvolvida por Weber, analisa as vantagens da localização de uma indústria em relação à outra, medindo-se os custos totais de transporte, de produtos, de matérias-primas, combustível, etc. Estas firmas tenderão à aglomeração se isto levar a uma economia externa.

Os fatores que podem interferir de maneira positiva ou negativa na aglomeração das unidades produtoras são: elasticidade da procura, taxas de frete, forma da curva de custo marginal, diferenças de custos entre os lugares e recursos não-transportáveis, incerteza, distribuição desigual da população, contatos pessoais e sistemas de formação de preços.

2. LOCALIZAÇÃO E MERCADO

Ainda conforme os economistas clássicos, a organização do espaço da cidade é regulada pelos mecanismos de mercado, uma vez que os terrenos urbanos são transacionados entre fornecedores e compradores, como consequência do processo de locação das atividades urbanas.

Em outra obra Richardson (2) tenta mostrar no entanto que este mercado não funciona de maneira totalmente livre, uma vez que são muitas as interferências que o fazem ficar distorcido. Entre estas interferências ele cita a desapropriação, o zoneamento e o imposto imobiliários, todos resultados da intervenção do Estado. Refere-se ainda a uma certa inércia e a um alto custo de transformações que tem impedido que porções significativas de terrenos urbanos sejam colocados no mercado. A retenção de terrenos reduz o tamanho da oferta fazendo o preço um tanto não natural.

Apesar destas distorções o autor considera que a característica principal do terreno urbano não se altera, isto é, que o preço do terreno é uma função inversa da distância do centro da cidade. É natural que esta relação de custo e distância se deve a certas vantagens que a localização junto ao centro deve trazer, como economias externas às empresas, economias decorrentes da aglomeração e redução nos custos dos transportes.

Os efeitos de vizinhança oferecem um interesse particular, pois a aglomeração de fatores similares poderá influenciar benéficamente a localização de determinada atividade a eles relacionada. Em certos casos uma concentração mínima de clientes é indispensável para a existência de certos negócios.

Da mesma forma que as aglomerações urbanas oferecem vantagens externas para as empresas, podem também gerar deseconomias externas. O autor acredita que seja possível descobrir uma relação entre as economias ou as deseconomias externas e o tamanho da população urbana. Haveria assim um ponto em que, pelo aumento de seu tamanho, uma cidade pode passar de uma situação de economia líquida para uma situação de deseconomia líquida.

A maior utilização dada ao terreno urbano é a residencial. A questão da localização residencial é assim importante para a definição da organização espacial da cidade. O autor apresenta dois modelos de análise locacional para residências. Um que se baseia na barganha entre custos de habitação e custos de transporte e outro, que dá ênfase às preferências com o meio ambiente residencial.

Todas as atividades não-residenciais vão buscar uma localização dentro da cidade que possa oferecer a maior renda possível em função dos seus custos. Os fatores que compõe esta relação serão então determinantes no processo de escolha do local, os quais são a renda, o aluguel, os salários, o capital e os custos de transporte.

3. EXTERNALIDADES

Este assunto será tratado com base no trabalho de Harvey (3) que analisa os mecanismos que promovem a redistribuição da renda numa população urbana. O autor investiga o modo como as mudanças na forma espacial da cidade e nos processos sociais que operam na cidade provocam mudanças de renda nos indivíduos, sendo a renda aqui tratada como sendo aquela obtida pela troca em valor do direito de propriedade.

Determinadas mudanças no sistema urbano promovem "van-

tagens marginais" que são distribuídas de forma desigual pela população urbana. Harvey analisa, então, de modo particular, alguns temas que contribuem para a compreensão desta redistribuição da renda, como a rapidez de troca e o grau de ajustamento em um sistema urbano, o preço da acessibilidade e o custo de proximidade e, por fim, os efeitos das externalidades (exteriorizações na tradução).

A ação dos elementos urbanos, sejam eles públicos ou privados, produzem certos efeitos sem preço e talvez não monetários sobre outros elementos. Estes efeitos são chamados de externalidades. A maior dificuldade provocada por esses efeitos, sob a ótica da economia clássica, é o fato de que, por serem gratuitos, eles estão à margem do sistema de preços. O mecanismo de mercado é incapaz de regular a alocação de recursos nesta situação.

Os efeitos de externalidades podem significar custos ou benefícios, conforme os indivíduos são por eles atingidos. Assim a poluição de uma fábrica pode ser negativa para o bairro em que está situada, ou a construção de uma barragem pode ser positiva para os indivíduos que se beneficiam das margens do lago para o lazer.

Naturalmente quanto mais complexa uma determinada área urbana, conseqüência da presença de um grande número de elementos do sistema urbano, maior será a presença de externalidades.

Para o autor, muito do que ocorre na cidade, especialmente na área política, é uma tentativa de organizar a distribuição dos efeitos externos para se obter vantagens de renda. Os resultados decorrentes são uma fonte de desigualdade de renda.

Ao se implantar um determinado equipamento público, suficiente para atender uma certa parcela da população urbana, sua localização dentro da malha urbana produzirá no entanto uma proximidade diferente para cada cidadão, na medida da distância entre sua moradia e o local do equipamento. Quando se trata da distribuição de equipamentos e serviços públicos, a localização deve ser considerada um elemento vital para o entendimento do impacto dos efeitos de externalidades num sistema urbano.

A localização de um bem público cria um "campo espacial" de efeitos das externalidades, que podem decrescer de intensidade com o aumento da distância. Estes campos podem se referir a efeitos positivos ou a efeitos negativos, podendo inclusive um deles anular os efeitos de outro.

As contínuas modificações da forma espacial da cidade, embora tenham parecido um ajustamento do sistema urbano a mudanças de tecnologias ou de comportamento e, na maioria dos casos, encarado como mudanças "naturais" e "justas", podem ser entendidas no entanto, como uma ação política capaz de produzir uma redistribuição controlada da renda.

Como a apropriação dos benefícios gerados pelas vantagens locacionais depende muito da mobilidade da população, a tendência é que as pessoas de mais alta renda sejam as mais beneficiadas.

4. COOPERAÇÃO NO TRABALHO

Uma outra abordagem sobre a questão da aglomeração se faz segundo o pensamento marxista. Estruturado a partir da possibilidade que tem o capital de adquirir os meios necessários para a intensificação do processo de produção, o modo de produção capitalista explora o resultado do trabalho do homem e utiliza

aquilo que excede do necessário para a sobrevivência e reprodução do trabalhador para realizar a acumulação do capital.

A produção capitalista, conforme Marx (4) só tem início a partir da concentração de trabalhadores, da ampliação do processo de produção e do aumento da quantidade de produtos sob o domínio do capital particular. Esta organização implica em uma significativa mudança espacial, primeiramente no interior da unidade de produção, pela sua ampliação e agregação, depois externamente por meio de suas relações com o entorno.

Com o aumento da escala de produção os meios utilizados podem ser racionalizados, pela possibilidade de uso em comum de facilidades para diversas fases do processo de trabalho, como galpões, depósitos, recipientes, ferramentas, aparelhos, etc. A aglomeração oferece portanto as condições necessárias para a acumulação do capital, uma vez que será maior o resultado do trabalho excedente com melhor racionalização do processo de produção.

Esta forma de organizar a produção só ocorre através da cooperação, isto é, quando muitos trabalhadores estão juntos num mesmo processo de trabalho. Como todos estes fatores são dependentes, pode-se dizer que o trabalho coletivo cria uma força produtiva nova, ou seja, a força coletiva. A grande vantagem da concentração de trabalhadores e de meios de produção é o fato de que a jornada de trabalho coletiva produz maiores quantidades de valores de uso que a soma das jornadas de trabalho individuais.

O número de trabalhadores e a escala de produção depende da magnitude do capital necessário para comprar a força de trabalho.

Não há dúvida que a cooperação entre os trabalhadores resulta em um aumento nos níveis de produção, mas "se o modo de produção capitalista se apresenta como necessidade histórica de transformar o processo de trabalho num processo social, essa forma social do processo de trabalho se revela um método empregado pelo capital para ampliar a força produtiva do trabalho e daí tirar mais lucro" (5).

Os resultados obtidos através desta forma coletiva de produção não são, entretanto, distribuídos de maneira proporcional entre os participantes do processo. A divisão favorece claramente aqueles que são os detentores do capital, que se apropriam do resultado excedente para nova ampliação do capital, enquanto que os trabalhadores se utilizam apenas daquilo que é necessário para a recuperação de suas forças para nova jornada de trabalho e manutenção das condições vida e reprodução de sua família. Para o autor fica a sociedade dividida em duas classes, a dos capitalistas e a dos trabalhadores.

A expressão espacial destas relações mostra os trabalhadores morando em locais que oferecem as condições mínimas para a sua reprodução, enquanto os donos de capital vão se concentrar em outros locais da cidade pois podem pagar por uma melhor qualidade de vida. Por motivos já citados os locais de produção tenderão também a concentrar muitas unidades.

Com sensíveis reflexos sobre a organização espacial das atividades humanas, a manufatura, uma forma particular da produção capitalista, nos permite compreender o grande avanço do capital sobre a divisão do trabalho. Primeiro com o agrupamento de trabalhadores de diversos ofícios num mesmo local e num mesmo processo de trabalho, ou com o agrupamento de muitos trabalhadores que realizam o mesmo trabalho, depois transformando estes ofícios em especialidades, que constituem operações parciais do processo de trabalho, não necessariamente no mesmo lugar.

As diferentes fases de trabalho de uma manufatura podem se constituir em departamentos, mais ou menos separados de uma manufatura global e, ao mesmo tempo, processos de produção independentes entre si.

Esta relação entre unidades de produção independentes em seus processos, mas complementares dentro da manufatura global explica as vantagens na aglomeração de alguns tipos de indústria.

A divisão social do trabalho se manifesta quando diferentes ramos de produção se tornam interdependentes pela troca de mercadorias. Como o processo de trabalho da manufatura se fraciona, surgem novos ramos de produção, ampliando a interdependência entre as unidades de produção, o que aperfeiçoa a divisão social do trabalho.

O aproveitamento máximo das peculiaridades de cada ramo de produção levaram, o período manufatureiro, a uma divisão territorial do trabalho, pela exploração das particularidades regionais.

Enquanto a divisão técnica do trabalho subentende uma ação coordenada do capital sobre a concentração de trabalhadores num processo de trabalho, a divisão social do trabalho se dá pela dispersão dos meios de produção entre vários produtores de mercadorias, independentes entre si.

A organização rigorosa, harmonia e racionalidade existentes no interior da fábrica não se refletem na construção do espaço da cidade industrial, isto porque entre si os detentores do capital operam sob um sistema de livre mercado, ou de concorrência.

5. CONFRONTO DE DUAS ABORDAGENS

Partindo do princípio de que as coisas acontecem de maneira espontânea, regidas apenas por leis naturais que existem independente dos homens, os economistas clássicos e aqueles chamados de cientistas regionais desenvolvem suas teorias numa tentativa de descobrir uma possível regularidade nos fenômenos naturais e das relações que se podem estabelecer entre eles.

Esta maneira positivista de se ver o mundo e em particular a cidade como algo dado assim como ele é, se presta especialmente à orientação da ação do homem sobre a natureza. É óbvio que descrevendo a interdependência de fatores que influenciam a localização das atividades, pode o capital tirar o melhor proveito possível destes conhecimentos com a finalidade de alcançar taxas mais elevadas de acumulação.

Em contraste com esta abordagem se coloca o materialismo histórico, que não busca a simples constatação ou descrição dos fenômenos, mas sua explicação. Alicerçada nos pensamentos de Marx, esta corrente considera que a base de toda organização social é resultado da forma com que os bens materiais são produzidos e trocados pelos homens (6).

A cidade é um conjunto de bens materiais e nele pode-se também incluir o homem. O modo com que estes e todos os outros elementos são produzidos irão determinar o tipo de relações que os homens estabelecerão entre si.

Enquanto para os positivistas a diferenciação dos espaços da cidade são frutos de relações matemáticas, que se reproduzem sob condições específicas, o materialismo explica a existência dos diversos espaços, como o centro da cidade, o bairro da periferia, a favela, o shopping center, etc, como sendo produtos do modo de produção, em nosso caso o capitalista.

O espaço da cidade tem a particularidade de ser ao mesmo tempo produto, cuja distribuição está portanto relacionada com o lugar que as pessoas ocupam, segundo a classe social, e meio de produção, utilizado pelo capital para intensificação do processo de produção.

CAPÍTULO II

1. INTRODUÇÃO

Uma viagem através dos diversos setores de uma cidade revela ambientes muito diferenciados uns dos outros. Especialmente no Brasil e genericamente entre os países economicamente menos desenvolvidos já é de notório conhecimento a existência de áreas urbanas com características bastante contrastantes. A favela, o bairro elegante, o bairro de subúrbio, o centro da cidade, a zona industrial, o conjunto habitacional, são elementos que podem ser facilmente caracterizados.

As diferenças revelam formas de segregação, que podem apresentar dois aspectos particulares, a segregação espacial e a segregação social. O primeiro se refere aos diferentes padrões de uso e ocupação do solo, com suas intensidades e formas distintas, considerados do ponto de vista da neutralidade do espaço. O segundo se refere à distribuição diferenciada dos grupos sociais pelos diversos setores da cidade, segundo similaridades étnicas, funcionais ou econômicas, que limita o acesso à moradia e aos serviços urbanos dentro de faixas bastante rígidas, nas quais cada um tem apenas aquilo que seu poder aquisitivo pode comprar.

Esta descrição serve apenas para constatar um fato. Dizer que ela pode ser entendida como uma forma natural de distribuição das pessoas e atividades no espaço urbano na presença de condições de igualdade de oportunidades e de trocas para todas as pessoas, não é suficiente para explicar porque existem estas diferenças, ou como elas são geradas.

O espaço urbano não se forma sozinho. Ele é fruto do trabalho coletivo realizado pela comunidade. Assim também as pessoas não existem isoladas das características físicas do espaço. As relações sociais vão determinar portanto uma grande parte dos padrões espaciais da cidade. A pergunta que se coloca neste momento é sobre como o sistema social realiza esta intervenção.

Uma vez que a terra urbana e os serviços coletivos são tratados como mercadoria, sua produção e comercialização desempenha papel importante na atividade econômica. A cidade assim não é apenas local, mas ela própria objeto da atividade econômica.

A lógica das diferenças entre os diversos setores da cidade capitalista pode então ser entendida como um arranjo que oferece oportunidade de vantagens econômicas para aqueles que realizam a produção e a troca do espaço urbano.

2. SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL

Castells (7) propõe que a estrutura urbana da cidade capitalista é a expressão espacial dos sistemas econômico, social e ideológico, conforme a concepção do materialismo histórico. Como sistema determinante, e no atual estágio do capitalismo também dominante, o sistema econômico apresenta três partes interdependentes: a produção (P), expressão espacial dos meios de produção; o consumo (C), expressão espacial da força de trabalho; e a troca (E), que é a circulação dentro e entre P e C. O sistema social age como regulador das relações entre P, C e E, enquanto o sistema ideológico é expressado através das estruturas espaciais simbólicas (8).

A forma de construção de habitações será portanto, segundo Castells, reflexo das relações entre os meios de produção e a reprodução da força de trabalho, enquanto a migração dentro da cidade será resultado da relação entre aspectos diferentes da reprodução da força de trabalho.

Esta explicação do espaço urbano como resultado das articulações dos sistemas econômico, político e ideológico em uma dada formação social é demonstrada por Short (9) através de exemplos de uma cidade socialista, a cidade de uma nação subdesenvolvida e uma cidade de uma nação capitalista industrial. Havana revela na leitura de sua estrutura urbana uma disposição de áreas residenciais em função das necessidades de deslocamentos da população, sem que se faça a distinção de classes na distribuição, consequência do fato de ser o sistema político, socialista, dominante.

Segundo o autor a complexa organização do espaço das cidades dos países em desenvolvimento se deve à convivência simultânea de formações sociais com sistemas dominantes diferentes.

Para demonstrar a estrutura espacial das cidades capitalistas o autor se refere à Grã-Bretanha. Num primeiro momento, tomando o século XIX, quando o princípio do livre mercado atingiu seu ponto de maior credibilidade como o mecanismo correto para suprir todas as necessidades do homem, a terra urbana considerada como uma mercadoria apresentava uma das mais altas taxas de retorno para o capital aplicado. Foi a força motriz do sistema econômico. Nesta etapa a burguesia, que podia pagar tanto por uma casa na cidade como por uma no campo, possuía geralmente nos dois, ocupando assim um pedaço do centro e a periferia da cidade, que a identificava com a aristocracia tradicional. A classe dos trabalhadores se apertava em habitações insalubres ao redor da zona central, enquanto a pequena classe média se localizava imediatamente após a região dos trabalhadores.

O século XX apresentou algumas modificações no modo de produção, especialmente no sistema econômico, que afetaram a estrutura urbana destas cidades. A queda de rentabilidade dos aluguéis, a possibilidade de melhores rendimentos na periferia da cidade e o aumento significativo da classe média foram algumas destas modificações. A nível político e ideológico cresceu a idéia de que afinal o Estado poderia ou deveria intervir no suprimento e na melhoria da qualidade da habitação da classe trabalhadora, que, em sua miséria, se constituía em um constante foco de tensão social.

O aumento do poder político da classe trabalhadora reforçou a intervenção do poder público no mercado de moradias. Como consequência destas modificações a cidade capitalista viu crescer significativamente o número de moradias próprias para a classe média e de alguns conjuntos habitacionais para trabalhadores, construídos por instituições públicas, nas periferias da cidade. A suburbanização trazia em si a oportunidade de exploração econômica de um grande número de serviços urbanos, como reposição da perda de rentabilidade dos aluguéis.

Permaneceu ainda no centro da cidade, ou próximo dele, algumas categorias sociais que não alcançaram as condições necessárias para sustentar uma moradia de melhor qualidade nas zonas mais afastadas, a saber, os idosos e os imigrantes, estes especialmente devido ao racismo e ao fato de não preencherem os requisitos para a obtenção do benefício da moradia própria. Estas categorias continuaram a ocupar de maneira bem adensada as partes centrais, pagando um aluguel que agora competia com outras formas de aluguel, como a de comércio e escritórios, por exemplo.

Diante deste quadro pode-se identificar na cidade zonas segregadas de grupos étnicos, o centro, zonas de alto padrão e de conjuntos habitacionais públicos.

Por apresentarem num mesmo lugar um grupo homogêneo de pessoas que ocupam posições similares na estrutura social, os bairros residenciais oferecem as condições propícias para a reprodução da força de trabalho.

Uma das manifestações mais puras da segregação espacial talvez seja Brasília. No trabalho de Meyer (10) sabe-se que o projeto da cidade, com a separação deliberada das principais funções urbanas justapostas no espaço, previa pelo menos para a área destinada à habitação uma configuração homogênea e neutra. O processo lento de construção e a propriedade privada do solo no entanto, criaram zonas de valorização diferenciada, determinando de início a segregação espacial das categorias sociais segundo o nível de renda de cada um.

A rigidez do plano piloto da cidade com o estabelecimento dos limites precisos de ocupação contribuiu para uma elevação acentuada do preço da terra, com a expectativa de valorização futura. Isto determinou o rápido banimento da classe trabalhadora do plano piloto, segregada visivelmente a nível da habitação nos núcleos periféricos, as cidades satélites, verdadeiras cidades dormitórias.

3. O ESTADO E A SEGREGAÇÃO ESPACIAL

Lojkin (11) estuda o papel do Estado no processo de divisão das classes sociais. Mais particularmente os efeitos da política urbana sobre este processo. Ele chama a atenção para a confusão que se faz entre classe social e estratificação social. Esta diferenciação é fundamental na medida em que as classes representam categorias distintas de usuários dos meios de consumo urbano, a saber, os que pertencem à reprodução do capital os que pertencem à reprodução da força de trabalho, enquanto que a estratificação social significa uma diferenciação no interior da classe.

Tomando por base pesquisas sobre os efeitos de uma política habitacional posta em prática em três cidades francesas, Paris, Dunquerque e Lyon, o autor conclui que, ao contrário daquilo que é difundido, no processo de transferência de operários e funcionários de alto nível do centro das cidades para os grandes projetos habitacionais da periferia, estas duas categorias foram atingidas de maneira nega-

tiva na mesma proporção. Ambas representam estratos diferentes da força de trabalho.

Uma vez que estes programas são realizados por organismos públicos, especialmente pelos bancos de financiamento para habitação, fica reconhecida a participação do Estado no deslocamento destes grupos sociais dentro da cidade. Pelas análises realizadas pelo autor, é cada vez mais significativa a participação das despesas com habitação entre os assalariados de nível médio, refletindo uma interferência do Estado nas relações de consumo e na ascendência do capital financeiro monopolista em sua luta com as outras frações não-monopolistas do capital.

Para este autor a segregação espacial ora verificada mais significa uma reorganização na distribuição das pessoas e atividades dentro da cidade, através do despovoamento do centro, em favor de atividades econômicas, e da implantação de grandes conjuntos habitacionais na periferia do que a segregação residencial tradicional entre operários e as camadas médias assalariadas.

Sem negar uma certa heterogeneidade entre os integrantes destas comunidades novas, Lojkin estabelece no entanto uma diferenciação na relação entre os diversos estratos sociais e classes sociais: a contradição principal sendo aquela existente entre os moradores e os produtores do bairro e a contradição secundária como sendo expressão dos interesses e das aspirações particulares dentro da categoria dos moradores.

4. IDEOLOGIA

Em pesquisa realizada em cinco bairros de categorias sociais diferentes em Porto Alegre, Oliven (12) discute a questão da homogeneidade dentro e entre as categorias. Ele analisa a homogeneidade como sendo resultado da necessidade de desenvolvimento de uma forma de produção coletiva, o que exige uma difusão de comportamentos individuais homogêneos, bem como resultado também da padronização dos bens oferecidos pelo mercado consumidor. Estas transformações nas relações sociais estão vinculadas à implantação e intensificação do modo de produção capitalista.

A ideologia desempenha papel importante neste processo de transformação, uma vez que novos valores culturais precisam ser difundidos para que haja uma aceitação do sistema por parte da sociedade.

Através dos resultados da pesquisa o autor sustenta que a tendência à homogeneização de fato se verifica, mesmo entre comunidades de categorias sociais diferentes, mas apenas no âmbito dos aspectos instrumentais, principalmente aqueles sujeitos à influência ideológica, enquanto que no âmbito dos interesses pessoais a divergência é nítida entre os grupos.

Dentro dos objetivos de reprodução das condições do modo de produção, a intensificação da acumulação capitalista leva à homogeneização todas as categorias sociais, especialmente no que se refere às atividades econômicas e aos interesses instrumentais.

As conseqüências da própria acumulação do capital mostram entretanto uma tendência à heterogeneização entre as diversas camadas sociais, particularmente quanto aos benefícios econômicos, sociais e políticos desta acumulação.

5. LOTEAMENTO DE PERIFERIA

Uma forma particular de segregação espacial ocorre no Brasil

sob a forma do loteamento de periferia. Sua manifestação está ligada à forma de produção da habitação e seu papel na reprodução da força de trabalho, no atual estágio do capitalismo nacional, conforme conclusões alcançadas por Bonduki e Rolnik (13) em pesquisa realizada em bairros de periferia na cidade de São Paulo.

As altas taxas de acumulação de capital alcançadas nas últimas décadas no país, especialmente a do capital industrial concentrado na região de São Paulo, se deu em grande parte pelo baixo preço pago à mão-de-obra. Isto se reflete de maneira clara no espaço urbano na medida em que a habitação, parcela importante do custo de reprodução da força de trabalho, pode ser resolvida na forma de loteamentos completamente desprovidos de infraestrutura e bastante distante dos centros urbanos a preços compatíveis.

Os dois componentes vitais desta forma de habitação são, naturalmente, o lote urbano e a casa. O primeiro é vendido ao trabalhador após um empreendimento de parcelamento realizado por um loteador que pode ou não ser o proprietário da gleba, geralmente à margem da fiscalização do poder público e sem o cumprimento das exigências legais.

A venda do lote se baseia na capacidade que o trabalhador tem em desembolsar uma quantia mensal de dinheiro para o pagamento de prestações. A quantidade de lotes vendidos garante uma receita mensal média para o empreendedor e o prazo, embora não seja uma preocupação do comprador, garante um lucro extraordinário para o capital aplicado no empreendimento.

No processo de construção da casa, realizado na sua grande maioria pelo próprio trabalhador, se configura uma extensão disfarçada de sua jornada de trabalho. Uma parte não recebida, mas significativa, de seu salário é aplicado desta forma na obtenção da casa própria.

A pesquisa realizada revela ainda que a construção da casa não encerra o processo de produção de moradia. A complementação da habitação, ou seja, a implantação da infraestrutura e equipamentos comunitários nestes bairros desencadeia um novo processo que vai promover a substituição do morador inicial, que se desloca para um novo loteamento ainda mais afastado, por outros trabalhadores melhor remunerados que vão se beneficiar dos melhoramentos.

Esta particularidade dos loteamentos de periferia significa, segundo os autores, apenas um sintoma de uma problemática mais ampla que é a segregação do território urbano.

A cada lote urbano, considerado como uma mercadoria, está associado um valor de troca. A construção deste valor é feita não apenas pelas características físicas da propriedade, mas depende também de fatores externos como a existência de infraestrutura, proximidade a centros de comércio e serviços, tamanho e nível de renda da vizinhança, acesso aos meios de transporte entre outros. A maior parte destes elementos são produzidos pelo esforço da população inicial que, enquanto ocupa uma área inóspita, vai gradativamente obtendo pelo esforço próprio e por pressão junto ao poder público, os melhoramentos necessários. A agregação de valor ao lote urbano é resultado assim do trabalho social.

Enquanto mercadoria este espaço agora mais valorizado será naturalmente apropriado por aqueles que podem pagar pelo novo valor. Desta forma se dá a expulsão daqueles de mais baixa renda para outro local, caracterizando uma cidade "ocupada diferencialmente pelas classes, que se apropriam de parcelas do território de acordo com o nível de renda a que tem acesso" (14).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) – RICHARDSON, Harry W. **Elementos de Economia Regional**, Rio de Janeiro, Zahar, 1973
- (2) – RICHARDSON, Harry W. **Economia urbana**, Rio de Janeiro, Interciência, 1978
- (3) – HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**, São Paulo, Hucitec, 1980
- (4) – MARX, Karl. **O Capital**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, s.d. Vol. 1, Livro 1, Caps. XI e XII
- (5) – ENGELS, F. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**, São Paulo, Global, s.d.
- (6) – Idem
- (7) – CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983
- (8) – SHORT, John R. **Social systems and spatial patterns**, s.l. University of Bristol, s.d.
- (9) – Idem
- (10) – MEYER, Reina M.P. "Segregação Espacial" in **A luta pelo espaço**, organização de Eva Alterman Blay, Petrópolis, Vozes, 1978
- (11) – LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**, São Paulo, Martins Fontes, 1981
- (12) – OLIVEN, Ruben G. "A heterogeneidade da homogeneização: ou de como nem todos os habitantes de Porto Alegre são iguais" in **A luta pelo espaço**, organização de Eva Alterman Blay, Petrópolis, Vozes, 1978
- (13) – BONDUKI, Nabil G. e ROLNIK, Raquel. "Periferias - Ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho" in **Caderno de estudo e pesquisa 2**, São Paulo, FAUUSP, 1979
- (14) – Idem